



# Corrente Sindical Classista

Sindicalismo com consciência de classe



*Boletim Nacional da CSC - 02 de Maio de 2007*

---

## Redução da jornada de trabalho na Venezuela

Por Umberto Martins (\*)

O 1º de Maio na Venezuela e na Bolívia despertou um rancoroso ódio na mídia capitalista, cabendo destacar a cobertura reacionária da TV Globo, no Jornal Nacional e Jornal da Globo de terça-feira, este último apresentado por Willian Waack, um anticomunista empedernido. Waack não se deu ao trabalho de disfarçar seu desprezo às regras do bom jornalismo, pautado pela objetividade, e destilou uma ira incontida contra Hugo Chávez e Evo Morales, contrapondo as comemorações do Dia Internacional do Trabalhador lideradas pelos dois presidentes às manifestações supostamente despolitizadas promovidas em São Paulo pela CUT e Força Sindical.

“Aqui no Brasil”, proclamou o âncora do Jornal da Globo, “o 1º de Maio teve shows de música – especialmente em São Paulo -, onde multidões foram presenteadas com pouco discurso e muita música pelas centrais sindicais” (tudo se passa, na ideologia global, como se não fosse um ato político da classe trabalhadora, mas uma festa a mais em um feriado, regada a shows e sorteios). “O cenário foi diferente na Venezuela e na Bolívia”, lamentou o jornalista. “Hugo Chávez e Evo Morales comemoraram o primeiro de maio com um festival de nacionalizações. Ambos querem mais dinheiro para financiar projetos políticos.”

### Luta entre capital e trabalho

Não devemos nos surpreender com o tom reacionário e intolerante da mídia capitalista neste caso. As medidas anunciadas por Chávez e Morales não são agradáveis para o imperialismo e muito menos para a burguesia e os latifundiários da América Latina. Entre as iniciativas desses dois líderes (divulgadas no 1º de Maio) sobressai a consolidação das nacionalizações do setor

energético (petróleo e gás), que afronta abertamente os interesses dos grandes capitalistas estrangeiros, sediados nas potências capitalistas e naturalmente enseja reações iradas.

O presidente do Equador, Rafael Correa, também aproveitou o 1º de Maio em Quito para criticar asperamente a exploração da classe trabalhadora pelas multinacionais e defender a criação de um “código trabalhista humanista” para a América do Sul, oposto à lógica neoliberal que incentiva a competição por investimentos estrangeiros sacrificando direitos e condições do trabalho.

Esses e outros fatos são emblemáticos de um novo cenário político em nossa região, onde a luta entre capital e trabalho, contra o imperialismo e o neoliberalismo (que fez da depreciação da força de trabalho uma profissão de fé), tende a se situar em novo patamar. Através da luta, os povos vão descartando a agenda neoliberal e pavimentando o caminho para novos modelos de desenvolvimento, fundados na soberania, na valorização do trabalho e nos efetivos interesses das nações.

### Adeus FMI e Banco Mundial

Demonstrando, uma vez mais, o papel de vanguarda reservado à revolução bolivariana, sem dúvidas o movimento mais conseqüente no processo de mudança política em curso na América Latina, Hugo Chávez foi além. Noticiou que a Venezuela está abandonando o FMI e o Banco Mundial, dois ícones da ordem econômica imperialista tutelada pelos EUA. “Não nos fazem falta nenhuma estes organismos”, declarou o presidente venezuelano, recordando que no período neoliberal os salários ficaram congelados durante vários anos (mesmo quando a inflação chegou aos 100%) devido aos ditames do famigerado FMI.

Outra medida que deve ser recebida com particular entusiasmo pelas forças progressistas e a classe trabalhadora e que tem tudo a ver com o 1º de Maio é o compromisso com a redução paulatina da jornada de trabalho para 6 horas diárias e 36 horas semanais até 2010, assumido por Hugo Chávez, que também instituiu a estabilidade no emprego para os trabalhadores sem cargo executivo nas empresas privadas. Além disto, anunciou aumento (20%) do Salário Mínimo, que segundo ele agora passa a ser o maior da América Latina.

### Socialismo do século XXI

Com isto, Chávez procura dar novos passos no rumo do “socialismo do século XXI” e trata de forjar uma identidade de classe mais nítida à revolução bolivariana, assumindo uma agenda de valorização do trabalho e conferindo ao processo revolucionário um lastro mais sólido na classe

trabalhadora em oposição às classes dominantes locais, ao imperialismo e ao capitalismo neoliberal.

Embora a redução da jornada de trabalho por si só não seja garantia de socialismo, nas condições históricas atuais a medida assume certo caráter revolucionário, pois em todo o mundo (e especialmente na Europa) a ofensiva neoliberal segue em direção oposta e tem imposto, em muitos países, a ampliação do tempo de trabalho.

Convém lembrar que, já em sua época, Marx havia assinalado que a regulação da jornada de trabalho, conquistada pela classe trabalhadora, foi o resultado de uma guerra civil secular entre capital e trabalho e traduzia uma vitória da economia política proletária contra a economia política burguesa. O filósofo alemão também sublinhou que a diminuição do tempo de trabalho devia ser entendida pelos revolucionários como uma pré-condição para o desenvolvimento do socialismo. Transformou-se igualmente na atualidade numa medida indispensável para enfrentar o flagelo do desemprego, que na Venezuela atinge cerca de 10% da população economicamente ativa.

A carga de 36 horas semanais pode colocar a república bolivariana na vanguarda da luta proletária (com uma das jornadas mais baixas do mundo num país relativamente pobre e atrasado), revitalizando uma bandeira histórica e estratégica da classe trabalhadora internacional. Uma bandeira que, ao contrário do que supõe o pensamento dominante e a despeito dos interesses capitalistas, tem também um sentido desenvolvimentista na medida em que pode abrir caminho ao pleno emprego, fortalecer o mercado interno e contribuir para a elevação da produtividade do trabalho, sobretudo se o tempo livre for associado à educação.

\* Umberto Martins é o jornalista responsável por este boletim e membro da Coordenação Nacional da CSC

---

## **Imigrantes exigem respeito nos EUA**

Criado para impulsionar a luta pela redução da jornada em todo o mundo e homenagear os mártires de Chicago, o 1º de Maio não é reconhecido nos Estados Unidos como o Dia Internacional do Trabalho. Isto não impediu, porém, que centenas de milhares de imigrantes, em sua maioria latino-americanos, saíssem às ruas na última terça-feira em várias cidades daquele país imperialista em protesto contra a intolerância e a discriminação fascista de que são vítimas. Eles exigem um tratamento decente e respeito aos seus direitos humanos.

Vivem e trabalham nos Estados Unidos, segundo as estatísticas oficiais, pelo menos 12 milhões de imigrantes ilegais, que não têm autorização para permanecer e trabalhar na terra de Tio Sam e por isto são submetidos aos empregos mais miseráveis e embrutecedores (sem direitos e com longas jornadas) e tornam-se vítimas de uma super-exploração por parte dos capitalistas e aproveitadores, conforme revelou o filme "Pão e Rosas" de Ken Loach.

---

## Regularização de centrais sindicais deve sair em 20 dias

O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, garantiu no 1º de Maio que o governo está "na reta final de negociação" para regulamentar as centrais sindicais. "O presidente (Luiz Inácio Lula da Silva) vai assinar a regulamentação por medida provisória, depois faremos uma grande mobilização com as centrais e com a base aliada para aprová-la no Congresso Nacional".

Segundo ele, a medida deve estar definida até meados do mês de maio. "Acredito que em 15 ou 20 dias estaremos com ela pronta".

Para o ministro, o movimento sindical está "bem maduro" e vem crescendo nos últimos quatro anos. "Estamos praticamente com 18 milhões de sindicalizados no Brasil. Acho que as centrais sindicais se organizam de uma maneira mais democrática, mais transparente e há uma evolução nesse setor. Nosso papel, enquanto governo, é buscar sempre o fortalecimento das centrais sindicais e dos sindicatos".

Lupi participou da comemoração do Dia do Trabalhador, organizada pelas centrais sindicais em São Paulo. O evento ocorreu no Campo de Bagatelle, em Santana, zona norte da cidade.

Também estiveram presentes o presidente da entidade, Paulo Pereira da Silva; o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM-SP); o senador Cristovam Buarque (PDT-DF); o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia (PT-SP), entre outros.

(extraído do Portal Vermelho – [www.vermelho.org.br](http://www.vermelho.org.br))

---

## 1.º de maio dá seqüência a agenda de movimentos sociais no ano

O 1.º de maio, Dia do Trabalhador, foi mais um ponto da agenda unificada dos movimentos sociais, que agora prometem se preparar para a semana de 20 a 25 de maio, quando ocorre uma jornada de protestos por mudanças na política econômica do Governo Federal, com um Dia Nacional de Mobilização (23/05).

A coordenadora da Rede Jubileu Sul Brasil, Rosilene Wansetto, destacou que nos próximos meses serão distribuídas jornais e cartilhas para informar a população sobre a privatização da empresa Vale do Rio Doce. De 1º a 7 de setembro, um plebiscito popular sobre o leilão da empresa será realizado em todo o país, assim como ocorreu em 2000 sobre a dívida externa e em 2002 sobre a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). "Nosso objetivo é usar a pedagogia do plebiscito para um debate com a população".

De 22 a 25 de outubro, será realizada a 2ª Assembléia Popular Nacional para discutir a continuidade das campanhas realizadas e a entrega do resultado do plebiscito nacional sobre o leilão da Vale do Rio Doce. A assembléia pretende construir uma agenda capaz de unificar todos os movimentos sociais e as organizações políticas de esquerda em torno de objetivos comuns e, além disto, coloca-se como um espaço de discussão política e de construção de um projeto popular para o Brasil.

---

## Preparar a jornada pelo desenvolvimento

Do seminário unitário sobre desenvolvimento com valorização de trabalho e distribuição de renda realizado recentemente em São Paulo pelas centrais sindicais emergiu a idéia de realização de uma jornada nacional em defesa do novo projeto de nação, cujo conteúdo está em certa medida traduzido no documento intitulado "Agenda dos trabalhadores para o desenvolvimento". Por enquanto, a jornada é apenas uma intenção. A Coordenação Executiva da CSC orienta os dirigentes classistas das CUTs Nacional e Estaduais a debater no interior da Central a necessidade de definição do calendário e deflagração da jornada, bem como da divulgação mais ampla da agenda dos trabalhadores.

Os classistas defendem que as centrais e os movimentos sociais devem apresentar uma agenda propositiva, centrada em iniciativas que visam abrir caminho ao novo projeto de desenvolvimento, incluindo mudanças na Previdência Pública visando a inclusão de dezenas de milhões de trabalhadores que hoje não têm acesso aos seus benefícios, ao mesmo tempo em que acentuam a resistência em defesa dos direitos sociais ameaçados pela ofensiva capitalista neoliberal.

---

**Boletim Nacional da Corrente Sindical Classista**

Coordenador Nacional: João Batista Lemos

Redatores responsáveis: Carlos Umberto Martins / Osvaldo Bertolino

Avenida Brigadeiro Luis Antônio, 993 conjunto 209 Bela Vista São Paulo/SP

Telefones: (11) 3106-0700 / 3106-6492

[csc-nacional@uol.com.br](mailto:csc-nacional@uol.com.br)